

Ana Sofia Ferreira¹

As eleições no Estado Novo As eleições presidenciais de 1949 e 1958

R E S U M O

O Estado Novo, apesar de ser uma ditadura, consagrou, na Constituição, a realização de eleições presidenciais, legislativas e para as Juntas de Freguesia, uma vez que só o voto popular podia fornecer a legitimação interna e externa de que necessitava. Todavia, os resultados eleitorais sempre foram controlados de modo a garantir a vitória do candidato ou da lista da União Nacional e todas as eleições foram fraudulentas. As eleições presidenciais de 1949 e 1958 foram dois desses momentos importantes para Portugal, em que o povo teria podido votar e decidir o futuro do país mas em que a opressão, a censura, a violência e a fraude marcaram a campanha eleitoral e determinaram a votação, garantindo a vitória dos candidatos da Situação e a derrota dos da Oposição, apesar destes terem, inequivocamente, o apoio da maioria da população.

As eleições no Estado Novo

As eleições sempre foram, são e serão o momento em que a população de um país participa na vida política, elegendo os seus representantes e governantes e manifestando o seu apoio ou repúdio pelas políticas do governo. Por isso, elas devem ser livres pois o povo tem o direito de expressar livremente a sua opinião. Durante 48 anos os portugueses não tiveram esse direito, pois viveram debaixo de uma ditadura.

O Estado Novo foi um regime autoritário, conservador, corporativo, antidemocrático, antiliberal e fascista que manteve Portugal debaixo de uma ditadura repressiva que não aceitava a existência de partidos políticos, de sindicatos livres, da oposição, que reprimiu severamente todas as manifestações de descontentamento popular e que manipulou todas as eleições que se realizaram durante este período.

O Governo sempre se preocupou em realizar eleições, tanto para as Juntas de Freguesia, como legislativas e presidenciais, já que o acto eleitoral era uma forma de legitimar o poder do Governo, quer a nível interno, como a nível externo. A nível interno, porque “era dado ao povo o direito de poder mudar o Governo” e manifestar o seu desagrado, caso estivesse insatisfeito e era uma forma de dizer que aquele regime tinha o aval dos portugueses que se deslocavam às

¹ Mestranda de História Contemporânea

urnas. A nível externo, mostrava ao mundo que o regime implantado em Portugal estava legitimado pelos resultados eleitorais e que era um país livre, em que os cidadãos podiam escolher livremente o governo e o Presidente da República. Assim, a visita periódica às urnas funcionou como um meio de legitimação do governo e como uma forma de estabelecer, como diz Moreno, “una relación directa entre masas y líder.”², uma vez que eram as massas que escolhiam o seu líder e este apenas tinha de responder perante estas.

Um outro motivo para o Estado Novo realizar eleições era porque durante as campanhas eleitorais tornava-se possível identificar novos membros da oposição e actualizar as informações que o regime possuía sobre a estrutura, organização, apoio e acções da oposição. Esta ideia é, inclusivé, defendida por Schemitter que refere que, a oposição “subia periodicamente à superfície da vida política e, ao fazê-lo, era um alvo conveniente para o escárnio dos que estavam no poder e um mecanismo incómodo que permitia a estes últimos descobrir a diversidade das suas reacções e os seus programas de oposição ao governo autoritário e à ordem económica”³.

No fundo, o regime controlava de tal forma as eleições e a campanha eleitoral que sabia que era impossível a oposição ganhar; por isso permitia que estas se efectuassem para adquirir novas informações sobre a oposição e obter a legitimidade interna e externa que tanto procurava, sobretudo após a derrota dos fascismos na Europa.

O Estado Novo, como o haviam feito os anteriores regimes políticos portugueses, consagrou formalmente na Constituição o princípio representativo – a Assembleia Nacional era uma câmara política de representação nacional – e o princípio electivo – designação do Presidente da República e da Assembleia Nacional. A sua concretização foi, porém, viciada pela ausência de liberdade política e a aplicação de mecanismos de controlo da oposição e da sociedade.

O direito de voto não era universal, pelo contrário, ele estava fortemente condicionado de forma a manter de fora todos os que o regime considerava seus opositores. O próprio recenseamento eleitoral filtrava os que podiam votar, já que havia dois processos de recenseamento: a inscrição oficiosa, feita pelas comissões concelhias de recenseamento (compostas por elementos da União Nacional) com base nas indicações fornecidas pelos serviços públicos e que eram instruídas para “aumentar o número de eleitores de reconhecida idoneidade política”; e a livre inscrição de eleitores, que era praticamente insignificante⁴. Segundo a legislação eleitoral, podiam votar os homens maiores de 21 anos, chefes de família, que soubessem ler e escrever e contribuíssem com um determinado valor para o Estado, bem como um número muito restrito de mulheres que fossem chefes de família, tivessem curso geral dos liceus ou curso superior ou contribuíssem com uma determinada quantia para o Estado⁵. Estas disposições legais não reconheciam, portanto, o direito de voto a uma grande parte da população portuguesa, que era analfabeta e à grande maioria das mulheres. Todavia, e para que o controlo das eleições fosse

² MORENO, 2003: pág. 13

³ SCHEMITTER, 1999: pág. 87 e 88

⁴ CRUZ, 1998: pág. 199 - 202.

⁵ DECRETO-LEI N.º 2:015, de 28 de Maio de 1946

total também não podiam ser eleitores todos os que o Governo considerasse que “professassem ideias contrárias à existência de Portugal como Estado independente e à disciplina social e os que notoriamente carecessem de idoneidade moral”⁶.

O regime eleitoral do Estado Novo variou ao longo dos anos, quer para a designação do Presidente da República, quer para a formação da Assembleia Nacional. No que diz respeito às eleições presidenciais, a mudança ocorreu após as eleições de 1958, em que o êxito da candidatura do General Humberto Delgado atemorizou o regime que promoveu uma revisão constitucional através da qual o Presidente da República deixou de ser eleito por sufrágio directo e passou a ser eleito por um colégio eleitoral. Relativamente à eleição dos deputados à Assembleia Nacional, o sistema de círculo e listas únicas que vigorou desde 1934 foi substituído, em 1945, por um regime de círculos e listas plurais, o que legalmente permitiu uma mais fácil manifestação legal da oposição e mostrou que o regime permitia uma certa concorrência política. Na realidade, esta tolerância para com a oposição foi somente simulada e as restrições à sua manifestação continuaram a fazer-se sentir.

A legislação eleitoral portuguesa permitiu ao Governo controlar todo o processo eleitoral, não só porque excluía do direito de voto uma grande parte da população mas também porque permitiu que este controlasse, em exclusivo, o recenseamento eleitoral e o próprio escrutínio, uma vez que os governadores civis é que designavam os presidentes das assembleias eleitorais os quais, por sua vez, designavam os elementos da mesa de voto que, até 1969, não podiam ser controlados por nenhum delegado independente ou da oposição. Além disso, a lei referia que os boletins de voto eram fabricados e distribuídos pelas candidaturas, não podendo haver qualquer tipo de diferenças entre eles. Assim, a oposição tinha de tentar averiguar como eram os boletins de voto da União Nacional para poder fabricar iguais. A simples diferença de milímetros na espessura do papel ou uma ténue diferença na tonalidade da cor era o suficiente para anular os boletins da oposição. Estes boletins eram distribuídos pelos eleitores recenseados por elementos das próprias candidaturas o que colocava dois entraves à oposição: primeiro, esta não tinha acesso à cópia dos cadernos eleitorais e como tal, não sabia quem estava ou não recenseado, além de que o Governo falsificava os cadernos eleitorais riscando o nome de elementos da oposição e colocando nome de pessoas da situação ou que não votavam; segundo, a distribuição dos seus boletins era feita clandestinamente, por militantes e num espaço de tempo tão curto que não permitia chegar a todos os eleitores.

Apesar de todas as restrições impostas, a oposição participou nas eleições realizadas pelo regime. Uma vez participou unida e noutras separadamente, mas nunca deixou de o fazer mesmo que acabasse por desistir por falta de condições democráticas.

É necessário salientar que a actividade da oposição sempre foi ilegal e somente era “permitida” durante os 30 dias de campanha eleitoral. No entanto, as candidaturas da oposição sempre se viram impossibilitadas de exercer livremente o direito de esclarecer a população e apresentar as

⁶ COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA, 1979: pág. 9

suas ideias, pois as suas declarações eram censuradas na imprensa; os seus comícios eram restringidos e tinham de ter a presença de uma autoridade para ocorrer; não eram permitidas quaisquer manifestações de rua; a polícia política apreendia documentos da candidatura, propaganda eleitoral e até boletins de voto; os comícios tinham de ser efectuados em recintos fechados e era proibida a utilização de altifalantes; os funcionários públicos simpatizantes da oposição e/ou que participassem em qualquer acto da campanha eleitoral eram perseguidos, sofriam sanções e podiam, inclusivé, ser despedidos; e muitos dos seus apoiantes eram presos.

Apesar de todos os entraves à sua actuação e da fraude eleitoral, a oposição sempre apresentou listas e concorreu às eleições e, embora não tenha ido até ao fim em todas e algumas vezes tenha optado por se abster, sempre se manifestou e aproveitou-as, juntamente com o pequeno período de legalidade que lhe era concedido, para mostrar o seu descontentamento face ao regime e para denunciar as estratégias utilizadas por este para a controlar, para coagir o povo e para manipular os resultados eleitorais.

Portanto, a campanha eleitoral era um período extremamente importante para a oposição, uma vez que lhe eram concedidos 30 dias de legalidade, embora grandemente condicionada, que era utilizada para denunciar todas as arbitrariedades cometidas pelo regime e para contactar com a população, tentando esclarecê-la para o que se passava no país, a nível económico, social, mas, sobretudo, político. A própria estratégia de actuação utilizada perante as eleições era uma forma de denunciar o autoritarismo do Governo e a fraude eleitoral: o abstencionismo foi utilizado para denunciar que não eram dadas condições à oposição para se manifestar e participar nas eleições; o intervencionismo até ao fim, para disputar o direito à existência; e, a desistência à boca das urnas, para aproveitar o período de campanha eleitoral para denunciar o regime.⁷

O processo eleitoral nem sempre foi visto pelos historiadores como um tema de estudo extremamente importante para compreender o fascismo. Contudo, é preciso não esquecer que todos os estados fascistas recorreram ao plebiscito e às eleições para obterem legitimação jurídico-partidária. Estes regimes perceberam que necessitavam das eleições para legitimar o seu poder e, por isso, recorreram a elas para institucionalizar a nova situação política criada com a chegada ao poder do ditador. Assim, a visita periódica às urnas funcionou como um meio de legitimação do governo.

Como considero que o estudo das eleições é algo essencial para poder compreender um regime político, principalmente um regime ditatorial, que utilizava a coação, a violência, a censura e a fraude para vencer nas urnas, resolvi na minha tese de mestrado focar o tema das eleições. Perante a impossibilidade de fazer uma análise de todas as eleições e para não confundir realidades distintas, decidi que somente me iria dedicar ao estudo das eleições presidenciais e, mesmo nestas, resolvi apenas escolher para objecto de análise as de 1949 e 1958, pois pretendia estudar eleições em que a oposição se tivesse apresentado unida em torno de um candidato, que tivesse manifestamente o apoio da população. Além disso, restringi o meu estudo à forma como decorreram as eleições no Porto, já que não existe um estudo aprofundado sobre a campanha

⁷ CRUZ, 1983: pág. 703.

eleitoral, a forma como decorreram as eleições e como se processou a coacção da população e a fraude eleitoral nesta cidade, que é a segunda cidade mais importante do país e foi sempre um centro de grandes contestações políticas e de defesa da liberdade. Daí que fosse importante analisar a reacção da população desta cidade às campanhas eleitorais da oposição e do regime, de forma a poder-se compreender se os portuenses estavam com a situação ou com a oposição e, tendo em conta o passado liberal da cidade, tentar perceber como o Governo e a oposição fizeram a campanha eleitoral e como o Governo manipulou os resultados eleitorais na cidade.

Para realizar esta análise, estou a utilizar documentos encontrados na correspondência recebida e expedida pelo Governo Civil, sobretudo os que fazem referências à actividade da oposição no Distrito do Porto; estou a fazer um levantamento das notícias saídas nos jornais “O Comércio do Porto” e o “Primeiro de Janeiro” referentes à campanha eleitoral que o Governo e a Oposição estavam a realizar no Porto (comícios efectuados, manifestações de apoio popular, comunicados das respectivas Comissões Distritais de Candidatura), a fim de verificar os factos ocorridos durante a campanha eleitoral e a forma como estes foram descritos nos jornais da cidade. Por fim, irei recorrer aos arquivos da PIDE/DGS que se encontram na Torre do Tombo para examinar os relatórios da PIDE sobre os acontecimentos da campanha eleitoral no Porto e tentar descobrir a forma como esta actuou nesta cidade para controlar as eleições e efectuar a fraude.

De seguida, irei fazer uma pequena síntese do estudo que efectuei sobre as eleições de 1949 e 1958, de modo a que possamos verificar a importância destas eleições e o modo como o regime e a oposição se posicionaram e agiram perante estas, quer durante a campanha eleitoral, quer perante a existência de fraude.

Eleições de 1949

Com o começo da Guerra Fria, em 1948, Salazar iniciou uma política de aproximação à Inglaterra e aos E.U.A, acentuou nos seus discursos o anticomunismo e o antisovietismo, iniciou uma escalada da repressão sem que se fizessem sentir sanções internacionais. A oposição percebeu claramente que as medidas liberalizadoras do pós-guerra tinham acabado e que uma nova vaga de repressão se estava a fazer sentir.

Face ao aumento da repressão e à dissolução do MUD, em 1947, por um despacho do Ministério do Interior que o considerava ilegal por nele participarem comunistas, a oposição viu nas eleições presidenciais de 1949 o melhor meio para dar continuidade à sua actividade.

Em Julho de 1948, a oposição lançou a candidatura do general Norton de Matos, uma personalidade da oposição republicana que nunca tinha aceitado o Estado Novo.

Logo após o lançamento da sua candidatura começou a perseguição aos seus apoiantes: alguns intelectuais da oposição viram os seus nomes eliminados dos cadernos eleitorais e o

⁸ PEREIRA, 2001: pág. 810

Supremo Tribunal de Justiça adiou o seu parecer sobre a elegibilidade da candidatura até ao fim das férias judiciais, o que atrasou o início da campanha.

A abertura oficial da campanha eleitoral aconteceu a 1 de Janeiro de 1949. O discurso da oposição centrou-se na denúncia da repressão e na crítica aos fracassos da ditadura.

A candidatura de Norton de Matos enfrentou dificuldades dentro da própria oposição. No Partido Republicano, um grupo opunha-se à participação nas eleições, o grupo de Cunha Leal recusou apoiá-lo e os comunistas só aceitaram a sua candidatura mediante um compromisso de que não iria às urnas se não estivessem criadas as condições mínimas essenciais para a oposição participar no acto eleitoral.⁸ Apesar desse acordo, “a ala direita da oposição nunca tinha abandonado a ideia de participar, em quaisquer condições”⁹ e o próprio Norton de Matos esteve quase a abandonar a sua atitude abstencionista e ir às urnas.

A campanha de Norton de Matos foi um enorme sucesso. Foram utilizados todos os meios e recursos disponíveis e a campanha *Um escudo para a candidatura* permitiu angariar recursos monetários que foram empregues numa imensa propaganda eleitoral.¹⁰ Esta campanha destacou-se pelo recurso a cartazes de qualidade, panfletos em papel colorido com frases simples e chamativas, uso da linguagem afirmativa nos cartazes e panfletos, utilização de fotografias, lançamento de foguetes durante os comícios, realização de comícios ao ar livre e em espaços desportivos, e houve a publicação do programa de governo.¹¹

O sucesso desta campanha obrigou o governo a uma contra-campanha centrada no facto de Norton de Matos ser mação e no apoio que ele tinha dos comunistas; e baseada na intimidação, no medo, na perseguição aos apoiantes de Norton de Matos, na censura, no pedido de ajuda à Igreja para acusar o general de anti-religioso e na repressão policial.¹² Em todos os discursos efectuados e reproduzidos nos jornais, verifica-se que o Governo acusava o general Norton de Matos e os seus apoiantes de quererem destruir a religião de cristão, de serem maçãos, e comunistas e de quererem que Portugal regressasse ao clima de desordem e anarquia que, na descrição feita nestes discursos, teria existido na Primeira República.

As autoridades, a censura e a PIDE exerciam um controlo rigoroso sobre a campanha de Norton de Matos. Em todos os comícios tinha de estar um representante da autoridade com poderes para suspender a sessão caso se dessem distúrbios ou referências a temas proibidos, que eram: o Tarrafal, a prisão e o assassinato de membros da oposição. No entanto, vários oposicionistas tiveram a coragem de referir estes assuntos nos seus discursos, “várias intervenções de oposicionistas deram origem a prisões e processos-crime”¹³.

Todos os comícios realizados pela campanha de Norton de Matos foram concorridos e emotivos. Aliás, para Pacheco Pereira, “É difícil, hoje, compreender o grau de emotividade destas reuniões. Elas eram em si tão excepcionais e um momento tão raro de encontro e

⁹ RABY, 1990: pág. 41

¹⁰ PEREIRA, 2001: pág. 821

¹¹ PEREIRA, 2001: pág. 821 a 823

¹² PEREIRA, 2001: pág. 826

¹³ PEREIRA, 2001: pág. 827

afectividade para pessoas que viviam num ambiente de medo e intimidação que se imprimem profundamente na memória dos que a elas assistiram”¹⁴. Mas foi no Norte que as manifestações de apoio da população foram mais significativas, com verdadeiras multidões a encherem os recintos onde decorreram os comícios. O grande momento da campanha foi no Porto, no dia 23 de Janeiro, quando terão estado presentes mais de 100 000 pessoas no comício do Centro Hípico da Fonte da Moura.¹⁵

A partir deste comício, o general parece ter-se convencido de que podia ganhar as eleições e que devia ir até às urnas com a sua candidatura. Esta sua pretensão foi apoiada pela ala direita da oposição que sempre defendeu a participação nas eleições sob quaisquer condições, mas foi recusada pelo PCP que defendia que não estavam criadas condições mínimas para participar na campanha eleitoral. A esta situação de divisão no seio da oposição acrescia o facto de muitas das suas figuras proeminentes terem começado a defender a ruptura com os comunistas.

A divisão no seio da oposição acabou com a unidade no seio da candidatura e, enquanto o Partido Socialista Português apelava à ida às urnas, o PCP apelava à abstenção. No dia 7 de Fevereiro a oposição promoveu uma reunião para decidir a ida ou não às urnas e, como as Comissões Distritais e Concelhias estavam maioritariamente, nas mãos do PCP foi a posição deste que prevaleceu, sendo decidido que a oposição se iria abster.¹⁶

No dia 13 de Fevereiro realizaram-se as eleições, das quais o regime saiu vitorioso, apesar de apenas 17% da população potencialmente recenseável ter podido votar devido aos critérios do recenseamento, que apenas concedia o direito de voto aos homens maiores de 21 anos, chefes de família, que soubessem ler e escrever e contribuíssem com um determinado valor para o Estado, excluindo, desta forma, os analfabetos e as mulheres. Todavia, segundo os resultados oficiais publicados pela imprensa da época a vitória para o candidato do regime foi esmagadora, inclusive, no distrito do Porto, o que se pode constatar nos dados do quadro abaixo.

Resultados gerais da votação no distrito do Porto

Eleitores inscritos	Votantes	Listas entradas nas urnas	Listas anuladas	Votação no marechal Carmona	Votação no general Norton de Matos ¹⁷	Percentagem de votantes
121.963	97.166	96.970	196	96.627	343	79%

Fonte: “O Comércio do Porto”, dia 14 de Fevereiro de 1949

¹⁴ PEREIRA, 2001: pág. 827

¹⁵ PEREIRA, 2001: pág. 830

¹⁶ PEREIRA, 2001: pág. 844, 845 e 846

As eleições foram seguidas de uma violenta repressão e a oposição saiu delas completamente dividida e desacreditada, com excepção do PCP que viu o seu prestígio aumentado e criou o Movimento Nacional Democrático (MND), logo após a desistência da candidatura de Norton de Matos, apresentando-o como um movimento nacional criado pelo povo para apoiar a candidatura da oposição.

O principal objectivo deste movimento foi a luta pelos direitos políticos e a sua tática consistiu em assumir posições públicas em acontecimentos nacionais, participar nas campanhas eleitorais e comemorar as datas célebres da República, isto é, o 31 de Janeiro e o 5 de Outubro. Recebeu o apoio de personalidades conhecidas e muitos dos seus membros eram comunistas embora não o assumissem devido à repressão a que seriam sujeitos.¹⁸

Imediatamente a seguir às eleições começou a repressão, as perseguições e as prisões. Pacheco Pereira escreve que “Membros das Comissões eleitorais são presos em vários sítios do país. Listas de funcionários [públicos] que tinham apoiado Norton de Matos começam a dar origem a demissões, preterições de lugares, afastamentos de promoções e listas punitivas”¹⁹ e foram efectuadas prisões sendo grande parte dos presos militantes do Partido Comunista. A PIDE vinha desde 1945 a estudar o aparelho comunista do partido, tendo compreendido que os funcionários do partido tinham todos um comportamento que obedecia a regras rígidas e iguais, que eram as regras de segurança. Perante este facto começou a estudar o comportamento destes funcionários e foram estas regras criadas para os proteger que afinal terão contribuído para a sua detenção. A PIDE formou uma rede de informadores por todo o país que conheciam as regras da clandestinidade e estavam aptos a denunciar os funcionários do partido. Foi através destas denúncias que a PIDE prendeu muitos comunistas, inclusivé Álvaro Cunhal, em 1949.

No fundo, as eleições de 1949 apenas vieram demonstrar que era praticamente impossível à oposição vencer umas eleições no país, pois a censura, a repressão, a violência e a fraude eleitoral dificultavam o trabalho da oposição, que apenas podia existir legalmente durante os 30 dias de campanha eleitoral e mesmo durante este período via os seus movimentos e comícios controlados, as suas declarações censuradas e as suas reivindicações de respeito pelos direitos e liberdades fundamentais completamente rejeitadas.

Após estas eleições, a oposição entrou num período de divisão política e “o Estado Novo, mercê dos efeitos da Guerra Fria, das consequências da recuperação económica da Europa à sombra da ajuda norte-americana, do desafio financeiro e da situação favorável da balança comercial com que Portugal saiu do período da guerra estava, ao iniciar-se os anos 50 e cinco anos após as hesitações do Verão de 45, de novo plenamente consolidado”²⁰.

A oposição, por seu lado, saiu destas eleições dividida e só se voltou a unir para as eleições presidenciais de 1958.

¹⁷ Votos registados apesar da desistência formal do candidato.

¹⁸ RABY, 1990: pág. 43, 44 e 45

¹⁹ PEREIRA, 2001: pág. 853

²⁰ ROSAS, 1990, pág: 67

As eleições de 1958

As eleições de 1958 foram um momento particularmente difícil para o Estado Novo que se viu a braços com a candidatura pela oposição de um general no activo que tinha participado no 28 de Maio e que agora vinha criticar o regime e afirmar que tinha chegado à altura de mudar e de tornar Portugal um país democrático.

Nestas eleições, a oposição apresentou-se inicialmente dividida. O PCP aliou-se aos sectores mais conservadores da oposição e propôs a candidatura do Eng^o. Cunha Leal. A oposição que não era favorável a esta candidatura, na qual estava incluído o Directório Democrato-Social (DDS), procurou uma alternativa e apoiou Humberto Delgado, um general dissidente do regime.

Entretanto, Cunha Leal percebeu que não tinha o apoio de todo o Partido Comunista e, alegando estar doente, desiste da sua candidatura. O PCP apoiou então, o Dr. Arlindo Vicente, um democrata simpatizante do partido.

A posição de Delgado durante toda a campanha foi a de recusar situações de compromisso e de insistir que a sua ruptura com o regime era total. Logo no início da campanha, durante uma conferência de imprensa no café *Chave d' Ouro*, respondeu a um jornalista que lhe perguntou o que faria com Salazar caso fosse eleito Presidente da República com a célebre frase “Obviamente demito-o!”. A partir daqui a sua campanha recebeu o apoio entusiasmado da população e quando se deslocou ao Porto, no dia 14 de Maio, estavam cerca de 200 000 pessoas à sua espera. O jornal “O Comércio do Porto”, descreve da seguinte forma a chegada do general à cidade: “Em S. Bento era aguardado por altas figuras republicanas e por muitos milhares de pessoas, que o aclamaram, delirantemente”²¹.

Perante o apoio popular verificado no Porto, o regime tomou medidas, no regresso de Delgado a Lisboa, para que tal situação não se voltasse a repetir. A população que o esperava na estação de Sta. Apolónia foi mantida à distância e ele foi levado para casa e mantido lá por agentes da polícia, a qual foi incapaz de conter a manifestação popular e teve de recorrer ao uso da força para obrigar a multidão a dispersar. Os incidentes com a polícia foram graves e houve feridos e mortos, mas a censura não deixou que estas notícias fossem publicadas nos jornais. No entanto, rapidamente chegou ao conhecimento público o que tinha ocorrido. Dawn Linda Raby explica que “O que rapidamente chegou ao conhecimento público, tanto em Portugal como no estrangeiro, foi que no dia 16 de Maio, Lisboa assistiu à maior manifestação de protesto e à mais indiscriminada repressão policial que alguma vez ocorreu em 32 anos de ditadura”²². Todavia, e contra as perspectivas do regime, o resultado da repressão foi o aumento do apoio a Delgado, quer da população quer da oposição.

Perante o apoio popular a Delgado, Arlindo Vicente compreendeu que não podia fazer frente a esta candidatura e resolveu desistir e apoiar a candidatura de Delgado que passou a contar com o apoio do Partido Comunista, o que “deu ainda mais força, capacidade de

²¹ “O Comércio do Porto”, 15 de Maio de 1958, pág. 1.

²² RABY, 1990: pág. 204

mobilização popular e maior dimensão à candidatura de Humberto Delgado²³. Todavia, antes o governo tentou impedir a candidatura do general, preparando um plano que impossibilitaria o general de concorrer às eleições e que o próprio Delgado descreve nas suas memórias, “o governo preparava um plano astuto, pelo qual tencionava reunir o Conselho de Estado a fim de me declarar não apto para concorrer às eleições, sob pretexto de ter sido responsável pelos distúrbios à ordem pública, que estiveram na origem do tiroteio da polícia contra a multidão. Então aquele órgão pronunciou-se a favor do Dr. Arlindo Vicente, sabendo que a sua popularidade era muito menor que a minha e que tinha muito menos hipóteses de ganhar as eleições, garantindo assim a permanência no governo”.²⁴

O regime procurou impedir a união da oposição, mas ao ver que esta se tinha unido, resolveu aumentar a repressão: as actividades da oposição eram sistematicamente interrompidas pela PIDE, a censura redobrou a vigilância, centenas de apoiantes de Delgado foram presos e este foi impedido de ir a Braga²⁵.

A visita de Humberto delgado a Braga estava programada para o dia 27 de Maio, mas o Governo enviou para a cidade 4500 soldados e legionários para as comemorações do 28 de Maio, sob a presidência de Santos Costa, ministro da Defesa. Perante o cenário de uma “cidade sitiada”, a Comissão Nacional de candidatura decidiu adiar a visita do general para os dias 1 ou 2 de Junho, mas esta foi proibida pelo governo, com o pretexto que iria perturbar os festejos religiosos da Senhora do Sameiro²⁶.

No dia das eleições a fraude foi mais do que evidente: milhares de boletins de voto foram roubados à oposição; a União Nacional deu instruções para que os seus representantes nas assembleias de voto não consentissem qualquer fiscalização e considerassem inutilizado o maior número possível de listas da oposição; legionários à paisana foram postos junto das mesas de voto para provocarem desordens a fim de que fossem presos todos os elementos da oposição aí presentes e aproveitarem estes momentos de agitação para meter nas urnas listas da União Nacional; e, por cada eleitor que não tivesse votado, foi colocada na urna uma lista da União Nacional um boletim de voto de Américo Tomás.²⁷ Estes foram os estratagemas utilizados pelo regime para garantir a vitória nas urnas, uma vez que o governo tinha consciência que a maioria da população apoiava a candidatura de Humberto Delgado.

Os resultados eleitorais oficiais foram de 758 998 votos para o almirante Américo Tomás e de 236 528 para Humberto Delgado, o que tornou evidente a fraude, pois a campanha tinha demonstrado, para todos os observadores, que a população estava com a oposição.²⁸

²³ ROSAS, 1990, pág. 79

²⁴ DELGADO, 1991: pág.106

²⁵ RABY, 1990: pág. 208

²⁶ DELGADO, 1998: pág. 55-57

²⁷ RABY, 1990: pág. 208

²⁸ RABY, 1990: pág. 210

Resultados gerais da votação no distrito do Porto²⁹

Eleitores inscritos	Votantes	Votação em Américo Tomás	Votação no general Humberto Delgado	Percentagem de votantes
143670	103360	67610	35308	71,9%

Os protestos contra a fraude iniciaram-se logo após a divulgação dos resultados eleitorais, ao mesmo tempo que o Governo começava a exercer represálias contra os apoiantes de Delgado e demitiu o general do cargo de director-geral da Aeronáutica Civil. Porém, estas medidas não acalmaram a população que se manifestou por todo o país contra a fraude eleitoral. Foram escritas cartas à imprensa, muitas pessoas passaram a usar gravata preta, em sinal de protesto, as greves sucederam-se e entre 12 de Junho e 12 de Julho mais de 60 000 trabalhadores estiveram em greve³⁰. Significativo foi o facto de muitos comerciantes, gerentes e donos de fábricas apoiarem os grevistas. De facto, “não restam dúvidas de que durante o período de algumas semanas antes e depois das eleições de 8 de Junho de 1958, o regime salazarista viveu os momentos de maior perigo da sua longa história em que, porventura, uma greve geral coordenada e coadjuvada por uma acção militar limitada mas bem planeada poderia ter provocado a sua queda”³¹.

No dia 21 de Junho, Humberto Delgado pediu a impugnação das eleições baseando-se nos seguintes factos: o recenseamento era incompleto e facilmente acrescentável; a oposição viu recusada a cópia dos cadernos eleitorais; a distribuição das listas foi dificultada à oposição e facilitada à União Nacional; foi impedido de fazer pessoalmente propaganda à sua campanha; foram cometidas irregularidades nas assembleias de voto; não foi permitida a fiscalização do acto eleitoral por elementos da oposição; foram exercidas coacções, à boca das urnas, sobre os eleitores; os absurdos resultantes da eleição que lhe deram a derrota no Porto, em Lisboa e em Viana do Castelo e a vitória em pequenas vilas e aldeias dos arredores daquelas cidades.³² Naturalmente, a impugnação não foi aceite pelo Governo.

Os percursos da Oposição: Um novo rumo

As eleições de 1958 foram importantes porque mostraram que o povo já não apoiava o regime e estava disposto a aceitar um governo democrático dirigido pela oposição e porque as suas consequências determinaram o rumo da oposição durante a década seguinte. Assim, após estas eleições, deu-se uma mudança no discurso da oposição que sempre tinha tido alguma

²⁹ DELGADO, 1998: pág. 527

³⁰RABY, 1990: pág. 213

³¹RABY, 1990: pág. 215

³² DELGADO, 1991: pág. 110-119

cautela nas suas declarações públicas e agora passava a adoptar um discurso voltado para agitação de massas³³, surgiram novas correntes políticas (os católicos de esquerda) e organizações armadas (o LUAR – Liga de Unidade e Acção Revolucionária - a Frente de Acção Popular e as Brigadas Revolucionárias) e deu-se um descrédito do PCP devido à sua preferência por Cunha Leal e à reacção tardia ao entusiasmo popular. De facto, o próprio Álvaro Cunhal na crítica que fez ao rumo do partido comunista durante este período, no documento “O Desvio de Direita no Partido Comunista Português nos anos 1956-59”, refere que o entusiasmo popular poderia, se aproveitado, ter conduzido ao movimento insurreccional, que o PCP defendia como essencial para derrubar o fascismo, mas que o Partido Comunista não soube fazer uma leitura correcta da situação e não aproveitou o clima de insurreição que se fazia sentir por todo o país. No fundo, isto aconteceu porque nesta altura a política do partido apoiava a linha da “solução pacífica”, ou seja, que o regime devia cair pacificamente, sem o recurso às armas ou a um levantamento popular³⁴. A verdade, é que nas greves que se seguiram após as eleições, para demonstrar que o povo estava desagradado com a fraude eleitoral, houve claramente um sentimento insurreccional e eram gritados slogans como “Abaixo o fascismo” e “Abaixo o Salazarismo”³⁵.

Apesar do descrédito em que entrou, após as eleições, a oposição encontrava-se revigorada e fez várias tentativas para derrubar o regime:

1 - Em 1959, foram criadas as Juntas Patrióticas – amplas comissões que abrangiam todos os sectores da oposição, eram clandestinas, estavam espalhadas um pouco por todo o país e o seu objectivo era a Revolução³⁶. A sua propaganda estava dirigida para criar um grande apoio popular às suas iniciativas mas não efectuavam recrutamentos massivos de população. O papel do PCP nestas juntas estava subalternizado mas a Junta Central tinha conseguido abranger todos os sectores da oposição que, desta forma, mostrava que estava unida no objectivo de derrubar o Governo.

A 11 de Maio de 1961, um grupo de intelectuais da oposição socialista e republicana, publicou o “Programa para a Democratização da Republica” que expôs as críticas feitas ao regime e apresentou objectivos no campo da política, economia, agricultura, saúde e educação, mas revelava a ausência de um plano táctico para derrubar o regime e uma excessiva moderação³⁷. Por estes motivos foi rejeitado pelo PCP e por Delgado;

2 - A oposição no exílio foi ganhando importância e manobrava nos bastidores das organizações internacionais as críticas externas contra o regime e a política colonial³⁸. A sua influência interna e externa foi muito grande e foi ela que liderou o caso *Santa Maria* (a 22 de Janeiro de 1961 foi assaltado, por Henrique Galvão, o paquete *Santa Maria*, quando se encontrava nas costas da Venezuela). Esta acção atraiu a atenção internacional sobre a resistência antifascista em Portugal e manteve vivo no país o espírito de militância e combatividade.³⁹

³³RABY, 1990: pág. 217

³⁴ RABY, 1990: pág. 247

³⁵RABY, 1990: pág. 220

³⁶ RABY, 1990: pág. 226

³⁷RABY, 1990: pág. 226

³⁸RABY, 1990: pág. 229

³⁹RABY, 1990: pág. 230

3 - Em Abril de 1961, houve uma tentativa de golpe de Estado liderada por Botelho Moniz, Ministro da Defesa. Botelho Moniz, influenciado pelo apoio popular que obteve a campanha de Delgado e pela revolta que eclodiu em Angola que “lançou ondas de choque em toda a organização militar, impondo a necessidade de uma urgente reavaliação da política colonial” admitia que era necessário afastar Salazar do Governo⁴⁰. O plano consistia em retirar a confiança política a Salazar durante uma reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional, só que o Presidente do Conselho não compareceu à reunião e demitiu Botelho Moniz. Este foi um dos momentos mais críticos do regime que se viu confrontado com sectores divergentes dentro do próprio governo.

4 - A 10 de Novembro de 1961, a oposição desviou um avião da TAP que fazia o voo de Casablanca para Lisboa e que foi utilizado para largar propaganda sobre a capital e outras cidades portuguesas ao mesmo tempo que chamava a atenção da comunidade internacional para o problema da ditadura.

5 - Em 31 de Dezembro de 1962 deu-se a Revolta de Beja – foi planeado um levantamento militar e civil que dominaria o Alentejo e o Algarve e, a partir daí, transmitiria, via rádio, proclamações para o resto do país. Delgado regressaria de Marrocos para liderar o movimento. Prevvia-se que este golpe desencadeasse uma insurreição popular que levasse ao colapso do regime⁴¹. No dia 31 de Dezembro, Varela Gomes e os seus homens entram no quartel do 3º regimento de Infantaria de Beja mas são cercados pelas restantes unidades de Évora que os dominam e põem fim ao golpe militar. Dawn Linda Raby defende que “esta revolta foi a mais séria acção armada contra o regime num período de vários anos”⁴² e que “o movimento falhou em consequência da falta de coordenação e do facto de os revoltosos terem subestimado os seus adversários, não contando com a resistência de unidades favoráveis ao regime”⁴³.

No início dos anos 60 o governo também teve de se confrontar com as manifestações do movimento estudantil. A sua primeira contestação foi contra um Decreto-Lei de 1956 que restringia os direitos académicos porque controlava o funcionamento das associações de estudantes. Em Março de 1962, realizou-se em Coimbra, o *Encontro Nacional de Estudantes* mas as notas sobre o acontecimento foram cortadas pela censura e os participantes foram alvo de perseguições policiais⁴⁴

O movimento estudantil representava para o Governo um grande perigo, porque, não sendo controlado pelos comunistas, era liderado pelos filhos da burguesia que sempre tinha apoiado o regime e as suas reivindicações eram do foro estudantil: liberdades académicas, autonomia das associações de estudantes, melhoria das bolsas de estudo e mais benefícios sociais. Nestas manifestações havia uma grande união entre alunos e professores.⁴⁵

⁴⁰ RABY, 1990: pág. 230

⁴¹ RABY, 1990: pág. 233

⁴² RABY, 1990: pág. 234

⁴³ RABY, 1990: pág. 234

⁴⁴ RABY, 1990: pág. 151

⁴⁵ RABY, 1990: pág. 151, 152

O Governo interveio de forma muito violenta, o que originou protestos das autoridades académicas. O movimento estudantil e a consequente repressão ocorreu em Lisboa, Porto e Coimbra. Muitos estudantes foram presos em consequência das manifestações académicas de 1962 e “Como consequência lógica da experiência de lutas e repressão surgiu uma politização que levou muitos estudantes a aderirem ao PCP”⁴⁶.

A estas manifestações dos estudantes associaram-se, nesse mesmo ano, as manifestações ilegais do 1º de Maio. Os trabalhadores saíram à rua para festejar esta data e gritaram “Fora com Salazar”, “Abaixo o Fascismo”, “ regresso imediato das tropas”,⁴⁷ entretanto enviadas em combate para Angola, o que demonstra o sentimento de descontentamento da população face ao Governo.

No Porto, a comemoração do 31 de Janeiro assumiu a forma de uma manifestação popular contra o fascismo e a guerra colonial e levou a confrontos com a polícia de tal forma graves que um jovem foi atingido a tiro e 18 pessoas receberam tratamento hospitalar.⁴⁸

No Dia Internacional da Mulher, 8 de Março, foi organizada uma manifestação popular na Praça da Liberdade, no Porto, contra a guerra colonial e o envio de tropas para África e, uma semana mais tarde, estudantes da Universidade do Porto fizeram uma marcha silenciosa de protesto contra a prolongada detenção de alguns colegas.

Tinha sido ideia do PCP promover manifestações no 31 de Janeiro, 8 de Março e 1º de Maio, convertendo a comemoração destas datas em protestos dos trabalhadores. Na comemoração do 1º de Maio participaram entre 50 000 e 100 000 pessoas a gritar contra a guerra colonial, a carestia de vida, a fome e pela democracia⁴⁹ e, no dia 8 de Maio, milhares de operários, estudantes e populares voltaram a manifestar-se em Lisboa. No Porto, o aparato policial foi tão grande que a manifestação não aconteceu.

Em Maio de 62, as manifestações dos trabalhadores agrícolas do Alentejo atingiram o seu ponto mais alto desde a década de 40.

Podemos então concluir que com as eleições de 1958 e logo após estas o regime viveu o período mais negro da sua história. Segundo Dawn Linda Raby, “Nunca desde 1945-1947, e talvez nem mesmo nessa época, o edifício do estado Novo tinha revelado tão profundas brechas. É por isso legítimo perguntar se uma ofensiva mais agressiva por parte da oposição neste momento não poderia ter provocado a sua derrocada.”⁵⁰ Havia uma série de condições que facilitariam a revolta: descontentamento militar, crise militar e colonial e crise social e estudantil. A própria candidatura do General Humberto Delgado elaborou uma estratégia que “combinava a movimentação de massas em torno da sua candidatura com a preparação de um golpe militar” que poderia ocorrer antes ou depois das eleições, caso os resultados eleitorais evidenciassem fraude⁵¹. Contudo, este golpe nunca se realizou, apesar das condições favoráveis à sua ocorrência,

⁴⁶ RABY, 1990: pág. 154

⁴⁷ RABY, 1990: pág. 155

⁴⁸ RABY, 1990: pág. 155 e 156

⁴⁹ RABY, 1990: pág. 156

⁵⁰ RABY, 1990: pág. 160

⁵¹ ROSAS, 1990, pág. 71

Mestranda de História Contemporânea

e o Governo continuou no poder. Porém, o impacto desta eleição e do apoio popular que o General recebeu foi tão grande que o Governo resolveu acabar com o sufrágio directo para as eleições presidenciais, passando o Presidente da República a ser eleito de forma indirecta, através de um Colégio Eleitoral integralmente composto por correligionários do regime.

As eleições presidenciais foram utilizadas pela oposição para mostrar ao Governo o descontentamento que agitava a população portuguesa mas que estava silenciado pela censura e pela repressão. Se durante um longo período de tempo a oposição era obrigada a viver calada, escondida e clandestina, no período eleitoral ela fazia-se ouvir nas ruas, na rádio e na imprensa.

No entanto, a liberdade concedida pelo Governo sempre foi restrita: as notícias eram censuradas, os manifestos, panfletos e cartazes apreendidos, os comícios vigiados por autoridades policiais e restritos a espaços fechados e muitos simpatizantes ou militantes da oposição eram presos.

O Governo via nas eleições a forma de se legitimar e demonstrar que em Portugal havia liberdade e que o povo decidia quem governava e escolhia o Presidente da República, ao mesmo tempo que as utilizava para descobrir os novos membros, a composição, a organização e a forma de actuação da oposição. Estes eram os dois motivos pelos quais o Estado Novo, apesar de ser uma ditadura, nunca deixou de realizar eleições. No fundo, as eleições permitiam-lhe retirar vantagens a nível nacional (legitimação interna e reconhecimento da oposição) e internacional (mostrar que era um regime que aceitava a existência de vozes discordantes e que tinha o apoio do povo para continuar a governar). É claro que, para as realizar, o Governo sabia que iria vencer. Para ter essa certeza e não ser apanhado de surpresa com um resultado desfavorável nas urnas, o Estado Novo recorreu à limitação do sufrágio e à fraude eleitoral. Pode-se, assim, concluir que todas as eleições do Estado Novo foram fraudulentas.

A oposição sempre viu as eleições como um momento extremamente importante da vida política nacional, apesar de saber que era impossível vencer nas urnas, já que, ao desenvolver a grande maioria da sua actividade na clandestinidade, não tinha forma de passar as suas ideias à maioria da população, uma vez que qualquer tipo de manifestação lhe era vedado. Assim, o período eleitoral era utilizado para fazer passar as suas ideias, os seus projectos e objectivos e mostrar ao povo que não estavam inactivos e que continuavam a lutar para implantar a democracia em Portugal. Ao mesmo tempo, também pretendiam utilizar a campanha eleitoral para demonstrar à comunidade internacional que em Portugal se vivia uma ditadura, que oprimia a população, que não deixava que esta manifestasse as suas ideias, opiniões e discórdia com o governo, que utilizava a censura e que recorria à fraude eleitoral para vencer as eleições.

Podemos, então, concluir, que o estudo das eleições é fundamental para conhecer o regime político que vigorou em Portugal durante 48 anos, os limites que impôs à expressão e formas de actuação da oposição e a forma como se relacionou com a oposição durante um período de tempo tão longo, ao mesmo tempo que nos permite estudar a evolução e as formas de actuação da oposição.

Bibliografia

- COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA, 1979, *As eleições no regime fascista*, Lisboa Presidência do Concelho de Ministros.
- CRUZ, Manuel Braga, 1983, Oposição Eleitoral ao Salazarismo, *Revista de História das Ideias*, Vol. 5.
- CRUZ, Manuel Braga, 1998, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença.
- DELGADO, Iva, 1998, *Braga: cidade proibida*, Braga, Governo Civil de Braga
- DELGADO, Iva e FIGUEIREDO, António (coord.), 1991, *Memórias de Humberto Delgado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- DELGADO, Iva, PACHECO, Carlos e FARIA, Telmo (coords.), 1998, *Humberto Delgado, as eleições de 58*, Lisboa, Editor Assírio Bancelar.
- PEREIRA, Pacheco, 2001, *Álvaro Cunhal - Uma biografia política: «Duarte», o dirigente clandestino (1941-1949)*, Lisboa, Temas e Debates – Actividades Editoriais.
- MORENO, Roque Fonseret , 2003, Las consultas populares en las dictaduras del sur de Europa. In FONSERET, Roque Moreno, *Plebiscitos y elecciones en las dictaduras del sur de Europa (siglo xx)*, Alcoy, Marfil.
- LOFF, Manuel, 1997, O Processo Eleitoral Salazarista (1926-1974) no contexto de 150 anos de sufrágio elitista em Portugal, *Encontros de Divulgação e Debate em Estudos Sociais*, nº 2 (1º semestre, 1997), V.N. Gaia.
- RABY, Dawn Linda, 1990, *A Resistência Antifascista em Portugal (1941-1974)*, s.l., Salamandra.
- ROSAS, Fernando (coord.), 1990, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira, (direcção de), *Nova História de Portugal*, vol. XII, Lisboa, Editorial Presença.
- ROSAS, Fernando, 1998, “O Estado Novo (1926-1974) ”, de MATTOSO, José, (direcção de), *História de Portugal*, vol. VIII, Lisboa, Editorial Estampa.
- SCHEMITTER, Philippe, 1999, *Do Autoritarismo à Democracia*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.